

ETIQUETA

FORTE PAGO  
DR / RIO  
PRT 2972/95



# CARTA IBGE

**IBGE**

ano III - nº 39

outubro 1997

## Inflação anualizada de agosto recua para 4,30%

Oito das onze localidades onde o IBGE pesquisa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentaram variações negativas, de julho para agosto. No entanto, as taxas positivas registradas em Porto Alegre (0,30%), Salvador (0,29%) e Goiânia (0,24%) compensaram a média final e fizeram o índice de agosto fechar em -0,03%. Com isso, a inflação acumulada em 97 caiu de 3,22%, em julho, para 3,19% em agosto. Já o acumulado dos últimos 12 meses baixou dos 4,85% registrados em julho para 4,30%, em agosto. De julho para agosto, as principais variações do INPC (que mede a variação de preços com base no consumo de famílias com renda média mensal de um a oito salários mínimos) foram todas negativas, com exceção de *Transporte Público* (2,10%). Entre as demais, destacam-se *Tubérculos, Raízes e Legumes* (-8,17%), *Hortaliças e Verduras* (-2,79%), *Cereais, Leguminosas e Oleaginosas* (-2,76%), *Enlatados e Conservas* (-1,89%) e *Roupa Masculina* (-1,72%).

No Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a variação de produtos com base no consumo de famílias com renda mensal de um a 40 salários mínimos, a inflação de agosto foi praticamente a mesma (-0,02%). No acumulado do ano, o IPCA caiu de 4,31%, em julho, para 4,29%, em agosto. O acumulado dos últimos 12 meses está agora em 5,59%, contra 6,08%, em julho. A exemplo do INPC, apenas *Transporte Público* (1,56%) apresentou variação positiva entre as principais variações do IPCA, de julho para agosto. Dentre as demais, destaque para *Tubérculos, Raízes e Legumes* (-5,91%), *Cereais, Leguminosas e Oleaginosas* (-2,51%), *Frutas* (-2,26%), *Enlatados e Conservas* (-2,21%), *Roupa Masculina* (-1,86%) e *Hortaliças e Verduras* (-1,80%).

### INPC e IPCA nas regiões pesquisadas (agosto)

%	POA	SAL	GOI	DF	FOR	BEL	RJ	SP	REC	CUR	BH
INPC	0,30	0,29	0,24	-0,02	-0,02	-0,08	-0,08	-0,10	-0,14	-0,20	-0,23
IPCA	0,12	0,17	0,27	0,09	0,02	0,02	-0,07	-0,05	-0,08	-0,17	-0,15

## Sumário

- Indicadores da produção industrial pág. 2
- Comércio varejista pág. 3
- Desemprego pág. 3
- A população brasileira e as políticas sociais pág. 4
- Safra 97 pág. 4
- Agroindústria acumula 3,6% de expansão este ano pág. 5
- Custo médio da construção civil pág. 6
- Indicadores conjunturais pág. 7

## Indústria recua em relação a junho e cresce na comparação com julho/96

A produção da indústria caiu 1,3% em julho, frente ao mês anterior. Este recuo, no entanto, não chega a anular a expansão de 2,6% registrada entre maio e junho. As maiores quedas em julho ficaram com *material elétrico e de comunicações* (-7,5%), *mecânica* (-7,1%) e *vestuário* (-5,5%), áreas que no mês anterior haviam registrado acréscimos significativos: 7,6%, 6,3% e 6,7%, respectivamente. Esse movimento oscilante vem marcando a trajetória da produção industrial deste ano e sugere uma acomodação no patamar produtivo nos últimos dois meses. A expansão da indústria ficou em 1,8% comparativamente a julho/96 e chegou aos 5,3% nos primeiros sete meses do ano. O desempenho do indicador mensal (1,8%), abaixo do ritmo médio assinalado no primeiro semestre (5,9%), reflete, sobretudo, a entrada na base de comparação de um período caracterizado pela rápida elevação da atividade fabril, como foi o segundo semestre do ano passado. Esse "efeito-base" atuará também nos próximos indicadores.

Considerando-se as categorias de uso, o confronto julho 97/junho 97 também mostra a predominância de taxas



negativas. A principal queda ocorre em *bens de consumo duráveis* que, após crescer 9,1% em junho, acusa redução de -8,6% em julho. Também na área de *bens de capital* a expansão de 11,7% observada no confronto mês/mês anterior em junho não se confirmou neste último mês, com a produção caindo -6,0%. Tal movimento oscilante está igualmente presente em *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis*: acréscimo de 3,5% em junho e queda de -2,1% em julho, sempre em comparação com o mês anterior e tomando-se a série de índices com ajuste sazonal. Cabe mencionar que a área de *bens intermediários*, relativamente mais articulada com as exportações industriais e com a atividade de construção, é a única que vem desde abril mantendo taxas mensais, ainda que modestas, sempre positivas. Na passagem de junho para julho houve, na área de *bens intermediários*, uma sustentação do nível de produção (0,1%), e entre março e julho o segmento acumulou acréscimo de 3,8%.

### Crescimento da indústria é puxado, agora, por bens intermediários e bens de capital

A taxa mensal de 1,8% é a mais baixa desde o início do segundo semestre do ano passado e reflete o efeito de uma base de comparação elevada. Cabe também mencionar que a composição desse crescimento se alterou: acima da média

global da indústria situam-se, agora, *bens intermediários* (3,8%) e *bens de capital* (2,4%), enquanto as áreas de *bens de consumo duráveis* (-6,5%) e de *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis* (-0,9%) puxam a média global para baixo. No caso dos *bens duráveis de consumo*, a área que concentra as principais quedas é a de eletrodomésticos, que no comparativo julho 97/ julho 96 apresentou taxa de -15,6%, enquanto a produção automobilística ficou em 0,4%. Dentro do grupo eletrodomésticos, os produtos da "linha branca" são os de maior queda (-27,8%). A produção de motocicletas, que em julho aumentou 46,2% frente a igual mês de 96, tem contribuído para amenizar a tendência da queda no resultado global de bens de consumo duráveis.

No acumulado do período janeiro-julho, o acréscimo de 5,3% para o total da indústria mostra uma desaceleração frente aos 5,9% observados para o fechamento do primeiro semestre, movimento que já era esperado por conta do efeito base de comparação. Entre as categorias de uso, a liderança do crescimento ainda é da área de *bens de consumo duráveis* (10,2%), graças à produção automobilística (16,7%). Em seguida, e também acima da média global, vem o segmento de *bens intermediários* (6,3%).

A produção de *bens de capital* (3,3%), segue positivamente influenciada pelo desempenho dos *bens do capital para a agricultura* (31,5%), *para a construção* (28,7%) e *para energia elétrica* (10,3%), enquanto a produção de máquinas e equipamentos para fins industriais é ainda negativa em -3,6%. Por último, a produção de *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis* apresenta-se no mesmo nível do período janeiro-julho de 96 (0,5% de acréscimo) e a de *semiduráveis* (-6,0%) continua atuando negativamente.

## Indústria gaúcha já cresceu 13,0% de janeiro a julho deste ano

A produção industrial gaúcha mantém a liderança do desempenho regional e já acumula 13,0% de expansão este ano - mais do que o dobro do resultado total da indústria brasileira, no período (5,3%). O ritmo de crescimento continua acelerado no Sul, onde os estados do Paraná (9,3%) e Santa Catarina (6,2%) bateram, igualmente, a média nacional. São Paulo (5,3%), Minas Gerais (4,8%), Rio de Janeiro (4,3%) e região Nordeste (1,4%) apresentaram também resultados positivos, o que não ocorreu em Pernambuco (-1,4%) e Bahia (-1,2%), locais que já haviam apontado recuos na produção em junho.

Os índices regionais de julho confirmam o predomínio de taxas positivas, embora declinantes, reflexo da entrada na base de comparação (julho/96) de um mês que marca o início do processo de rápida elevação da atividade fabril. Acima da taxa de 1,8% registrada pelo total da indústria brasileira, no confronto julho 97/ julho 96, situam-se seis das dez áreas investigadas: Paraná (16,9%), Rio Grande do Sul (14,7%), região Sul (11,7%), Rio de Janeiro (2,9%), Minas Gerais (2,8%) e Santa Catarina (2,4%). Em São Paulo o crescimento chegou a 1,4%. Apenas as indústrias da região Nordeste (-0,6%) e dos estados de Pernambuco (-8,7%) e Bahia (-0,5%) ostentam taxas negativas. Por este indicador, o Nordeste volta a revelar queda após três meses consecutivos de expansão. Já Pernambuco (há quatro meses) e Bahia (há três) apontam uma sucessão de resultados negativos.

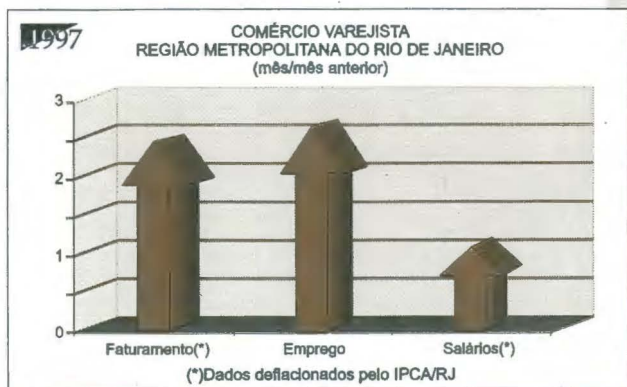
## Comércio varejista do Rio fatura mais 2,5% em julho

O faturamento real do comércio varejista da região metropolitana do Rio de Janeiro voltou a subir, em julho, superando em 2,5% o do mês anterior. Nas demais comparações, contudo, permanece o quadro negativo, com variações de -12,3% sobre julho do ano passado; -9,5% de janeiro a julho deste ano e -6,1% no acumulado dos últimos doze meses. Portanto, apesar do resultado positivo de julho, a tendência do comércio varejista, no Rio de Janeiro, ainda continua desfavorável. Isto se reflete no indicador dos últimos 12 meses, cuja trajetória é declinante desde abril deste ano.

De um mês para o outro, houve crescimento real em sete das dez atividades pesquisadas, com destaque para *super e hipermercados* (6,2%), *material de construção* (6,1%) e *combustíveis e lubrificantes* (5,4%). Juntos, estes segmentos contribuíram com 2,7 pontos percentuais na formação da taxa geral de 2,5%. Os demais ramos com resultados positivos foram *mercearias, açougues e assemelhados* (3,8%); *farmácias, drogarias e perfumarias* (3,7%); *outros artigos de uso pessoal* (2,2%) e *automóveis e motos, peças e acessórios* (1,3%).

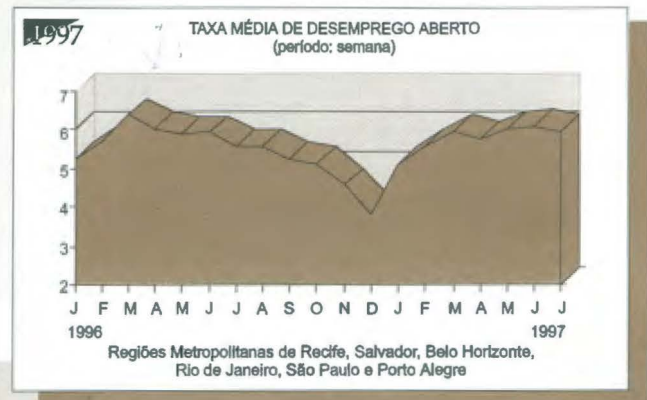
No tocante ao emprego, o número de pessoas ocupadas aumentou 1,1% em relação ao mês anterior. Neste período, o quadro de pessoal evoluiu favoravelmente em seis das dez atividades investigadas. Apesar deste resultado, o comércio varejista continua empregando menos pessoas do que em 96. O índice mensal (julho de este ano contra julho do ano passado) recuou 4,0%, com sete atividades registrando queda no nível de emprego. Comportamento similar pode ser constatado também nos índices acumulado no ano (-3,2%) e acumulado 12 meses (-2,3%).

A massa de salários pagos pelo setor do varejo, no Rio, também cresceu entre junho e julho. Bastante influenciado pelo maior volume de contratação como também pelo desempenho favorável do faturamento neste mês, o total de salários apontou expansão de 2,7%. O aumento na massa de salários e outras remunerações pagos ocorreu em oito das dez atividades pesquisadas. A maior alta ocorreu no setor de *material de construção*, com acréscimo de 9,3% em relação ao mês anterior. Em contrapartida, as duas atividades que apontaram redução no volume de salários pagos, de junho para julho foram *automóveis e motos, peças e acessórios* e *farmácias e drogarias e perfumarias*, ambas com -0,7%.



## Taxa de desemprego aberto passa para 5,97%

A taxa de desemprego aberto ficou em 5,97% em julho: contra 6,09% no mês anterior e 5,58% na comparação com julho do ano passado (5,58%). Por conta dos acréscimos



observados em São Paulo, Recife e Porto Alegre, o número de pessoas ocupadas ou trabalhando aumentou 0,3%, contribuindo para que a população economicamente ativa crescesse ligeiramente, de um mês para o outro. Por outro lado, o número de pessoas desocupadas apresentou ligeira queda, no mesmo período. Já em relação a julho de 96, a PEA aumentou quase 1%, refletindo os acréscimos no número de pessoas ocupadas (0,6%) e de pessoas procurando trabalho (8%).

Foi de Porto Alegre a queda mais expressiva da taxa de desemprego, entre junho e julho: de 6,07% para 4,75%. Também expressiva foi a expansão de 3% para o número de pessoas trabalhando por conta própria, pois o avanço constatado para os empregados com carteira assinada ficou em 0,3%. Por outro lado, o número de empregados sem carteira caiu 1,4%. O número de pessoas desocupadas recuou no período 1,5%.

Em junho, o rendimento médio nominal dos empregados com carteira assinada foi estimado em R\$ 653,65, enquanto o dos empregados sem carteira ficou em R\$ 507,52 e o das pessoas que trabalham por conta própria em R\$ 593,74.

De maio para junho, o rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada aumentou 0,7%, o dos empregados sem carteira caiu 3,3% e o das pessoas que trabalham por conta própria manteve-se estável. Já em relação a junho do ano passado, o rendimento médio desta última categoria cresceu 3,9% e o dos empregados com carteira, 2,4%, mantendo-se estável o das pessoas ocupadas sem carteira. De janeiro a julho deste ano, todas as categorias apontam acréscimo: 3,7% para os trabalhadores sem carteira e 1,5% tanto para os empregados com carteira quanto para os trabalhadores por conta própria. Considerando os três anos do Plano Real (de julho de 94 até junho passado), os rendimentos cresceram, em média, 27,5% para a população ocupada nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego. Os ganhos apontados pelos "conta-própria" chegam aos 43,75%, ficando no outro extremo os empregados com carteira assinada, cujos rendimentos avançaram 19,82%, neste período.

## A população brasileira e as políticas sociais

Avaliar as implicações das transformações demográficas sobre a formulação das políticas sociais. Este foi o tema que reuniu dois pesquisadores do Ipea e do IBGE, em palestra apresentada por iniciativa do Laboratório de Estatísticas Públicas, unidade criada pelo IBGE para promover pesquisa sobre a produção, análise e disseminação de informações públicas.

A palestra mostrou que as tendências da história populacional brasileira apontam para uma continuação da redução da taxa de crescimento da população total observada na década de 80, de 1,9% para valores próximos a 1,3% no quinquênio 1995-2000, cerca de 1,2% entre 2000 e 2005 e 0,6% em 2015-2005. A população rural continuará diminuindo em termos absolutos, embora a uma taxa menor que a observada nos anos 80. Espera-se variações negativas na taxa de crescimento da população rural de -0,9% no quinquênio 1990-1995 para -0,7% entre 1995-2000. A população urbana tende a crescer a uma taxa de 1,8%, entre o ano 1995-2000, e de 1,6% no período 2000-2005. Cerca de 80% da população brasileira estarão residindo nas áreas urbanas no ano 2000, 82% em 2005 e em torno de 86% em 2020.

As transformações demográficas em curso e as projetadas, além de afetarem o ritmo de crescimento populacional, afetarão também significativamente a distribuição etária. Um aspecto fundamental evidenciado pelos dados é o envelhecimento da população, ou seja o peso progressivamente menor dos jovens em relação a outros grupos etários, especialmente o grupo idoso. Em 1990, observou-se que aproximadamente 35% da população brasileira tinha menos de 15 anos e 4,8% mais de 65 anos. Dada a queda da fecundidade, a proporção da população jovem tende a se reduzir, fenômeno este já iniciado nos anos setenta, e a da população idosa tende a aumentar. Isto é resultado de taxas de crescimento diferenciadas dos vários grupos etários.

As transformações na dinâmica demográfica mencionadas anteriormente implicam, entre outras coisas, numa redução da razão de dependência. Esta mede a relação entre a população dependente, menor de 15 e maior de 65 anos, sobre a população em idade ativa, 15 a 65 anos. Considerando-se a população como um todo, enquanto em 1995, 60% da população brasileira podia ser considerada demograficamente dependente, pode-se esperar que esta relação atinja valores próximos a 44% em 2020. A composição etária dos dependentes também deverá ser diferenciada. Enquanto em 1995, 83% desta população tinha menos de 15 anos, esta proporção deverá diminuir para 73%.

Diminuindo a população jovem também será menor a pressão sobre certos serviços sociais, basicamente serviços médicos de pediatria, educação, etc. No entanto, esta conclusão deve ser vista com cautela. Em primeiro lugar, esta redução tem sido regionalmente diferenciada. Justamente nas áreas mais carentes, a proporção da população jovem ainda situa-se em patamares bem elevados. É o caso por exemplo, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a qual até apresentou um acréscimo. Além disto, são estas regiões as que apresentam o maior déficit na oferta de serviços públicos. Da

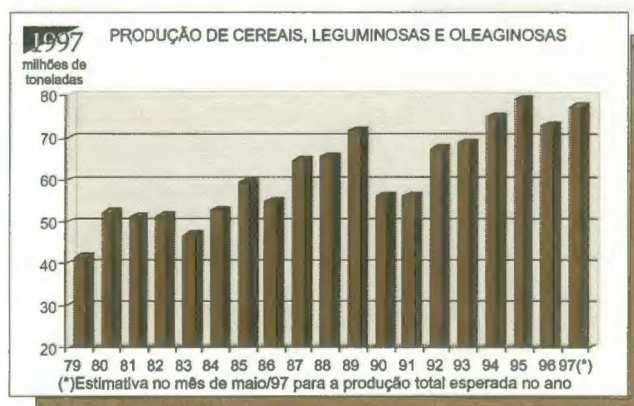
mesma forma, ela tem sido diferenciada de acordo com os vários segmentos sociais como consequência da queda diferenciada da fecundidade.

Por outro lado, a população idosa está crescendo a taxas elevadas o que significa uma pressão sobre a Previdência Social e serviços de saúde para a população idosa que custam muito mais do que os para a população jovem.

## Safra de 97 deverá ser de 77,4 milhões de toneladas

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de julho, a produção total estimada de cereais, leguminosas e oleaginosas para este ano deverá alcançar 77,425 milhões de toneladas, 5,66% mais do que a obtida em 1996 (73,275 milhões de toneladas). Ressalte-se que nas regiões Centro-Sul e em Rondônia - responsáveis por 88% da produção nacional - houve um incremento de 6,04%, enquanto que, nas regiões Norte (exceto Rondônia) e Nordeste - responsáveis por 12% da produção total -, registrou-se um crescimento de 2,67% em relação a safra anterior.

Dentre os 17 produtos analisados, onze apresentam variação positiva na estimativa de produção, em relação à safra anterior: feijão 3ª safra (16,81%), feijão 2ª safra



(15,92%), milho 2ª safra (11,07%), cacau em amêndoa (9,96%), soja (9,28%), milho 1ª safra (8,00%), feijão 1ª safra (7,03%), mandioca (2,72%), cana-de-açúcar (1,33%), batata-inglesa 1ª safra (0,72%) e batata-inglesa 2ª safra (0,30%). Com variação negativa: algodão herbáceo em caroço (-15,44%), trigo (-12,05%), café em coco (-9,11%), arroz (-7,70%), cebola (-5,36%) e laranja (-0,19%). Com a colheita praticamente terminada na região Centro-Sul, que respondem por cerca de 90% da produção nacional de grãos, a ênfase maior do acompanhamento mensal sobre a safra de verão 96/97, volta-se para as culturas de inverno, notadamente o trigo, que se constitui no principal cereal cultivado nessa estação do ano no sul do país.

A produção de milho 2ª safra perfaz um total de 4 milhões de toneladas, 11,07% superior à obtida na safra precedente. Este cultivo que vem se consolidando de ano para ano, e com a área plantada sempre apresentado acréscimo nas safras subsequentes, é considerado uma boa alternativa para os produtores por gerar mais uma fonte de renda para o estabelecimento agrícola e como prática conservacionista, pois

mantendo o solo coberto no inverno, protege-o das intempéries climáticas, como as chuvas e os ventos fortes que provocam erosão.

Quanto ao trigo, aguarda-se uma produção da ordem de 2,9 milhões de toneladas, volume bem aquém de nossas necessidades de consumo, o que reforça a nossa dependência ao produto de origem externa. Nos principais estados produtores - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul -, a área plantada nesta safra apresenta decréscimos: 10,50%, 31,47% e 11,30%, respectivamente. No Paraná, as condições de tempo acham-se normais para o desenvolvimento das lavouras. Como esse estado planta mais cedo, boa parte dessas lavouras já se encontra no estágio de floração. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, as condições climáticas não foram totalmente favoráveis ao trigo, porém, sem refletir grandes preocupações com o resultado final a ser obtido.

Na comparação com o mês anterior, destacam-se as variações nas estimativas de produção de quatro produtos: café em coco (-2,87%), feijão em grão 1ª safra (-2,89%), feijão em grão 2ª safra (9,12%) e trigo (-0,43%). A queda verificada na estimativa de café em coco deve-se às novas informações provenientes do Espírito Santo, que apresenta decréscimo de 15,43% no índice de produtividade, face ao menor desempenho dos cafezais nesta safra. Para o feijão 1ª safra, houve uma diminuição de 2,89%, em virtude das alterações observadas no Ceará e Rio Grande do Norte, afetados por estiagens prolongadas. No caso do feijão 2ª safra, o incremento de 9,12% na estimativa de produção decorre de novas informações de campo oriundas dos estados do Acre, Pará e Pernambuco. Com relação ao trigo, a redução observada na estimativa de produção nesse mês (-0,43%), é proveniente de Santa Catarina, onde o plantio já está praticamente concluído. Ressalta-se que as fortes chuvas ocorridas nas últimas semanas de julho ocasionaram atraso no término da semeadura em vários municípios produtores.

## Agroindústria acumula 3,6% de expansão este ano

A produção agroindustrial chegou aos 3,6% nos primeiros sete meses deste ano, quando comparada ao mesmo período do ano passado. Neste ponto, a análise resume-se aos resultados obtidos com a safra de verão e, basicamente, à parcela desta cuja matéria prima foi processada pela indústria.

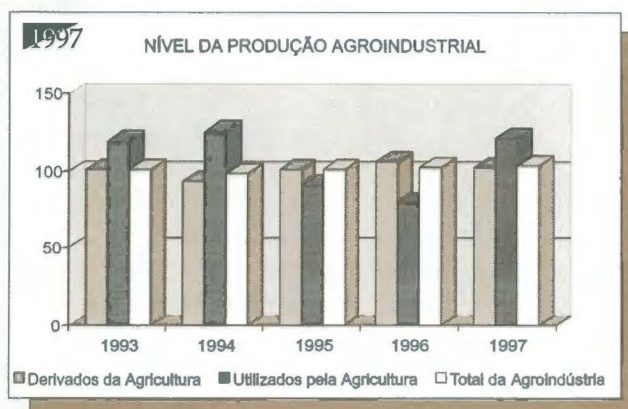
O grupo de *produtos derivados da agricultura* (2,2%) reflete o desempenho da safra de verão nas principais regiões produtoras, com a colheita praticamente realizada no Centro-Sul.

A excelente performance de *bens utilizados pela agricultura* (20,7%) indica, por sua vez, a recuperação dos investimentos no setor depois da retração ocorrida nos dois últimos anos.

Considerando-se a produção geral de bens de capital no período janeiro - julho, os itens destinados à agricultura apresentam a maior taxa de crescimento (31,5%), situando-se 28,2 pontos percentuais acima da variação acumulada para a categoria de bens de capital como um todo. A produção de adubos e fertilizantes (14,9%) e a de inseticidas, fungicidas e herbicidas para uso agropecuário (26,8%), no período, complementam o quadro favorável de investimentos dirigidos ao setor.

A *pecuária*, em grande parte representada pelo setor de

carne e derivados, registra declínio de -2,0%, tendo como únicos indicadores positivos nesta comparação os acréscimos na produção de aves (8,6%), produtos veterinários (1,4%) e couros e peles (0,5%).



A colheita da *soja*, concluída nas principais regiões produtoras, revela aumento frente à safra anterior e rendimento agrícola também crescente, à taxa de 3,8%, apresentando expansão significativa depois do recuo observado no ano passado. Os preços internacionais do grão, combinados com as exportações liberadas de ICMS, repercutiram no setor com variação menor na produção de derivados (4,3%). As vendas externas de grão, até o momento (8,4 milhões de toneladas), ultrapassaram o dobro do verificado no período janeiro- julho de 96.

Com a colheita de *café* praticamente concluída no Paraná, os resultados apontam incremento de 50,0% na produção da região. Já as previsões para as outras regiões produtoras fecham com -9,1% frente janeiro- julho de 96.

O processamento industrial do café em grão cresce 4,4% nesta comparação, sendo grande parte destinada ao mercado externo, cujos preços estiveram em alta nestes sete primeiros meses, devido a escassez de café nos principais países importadores. As exportações de café em grão até maio deste ano já haviam crescido 253% em valor (US\$) frente ao mesmo período de 96. As especulações sobre a super safra brasileira nos últimos dois meses, fizeram com que o preços externos sofressem uma queda, fechando os valores exportáveis de café com aumento de 118,8% no confronto janeiro-julho.

Com a produção de *milho* registrando acréscimo de 8,0% e a produção derivada com crescimento de 5,5% frente a janeiro-julho de 96, garante-se, até o momento, uma boa oferta do cereal, mesmo com recuo de -3,4% da área plantada no ano passado. No que se refere aos resultados da safrinha, cuja colheita só se inicia no segundo semestre, as previsões são de expansão no Centro-Oeste e declínio no Paraná, por conta das irregularidades das chuvas no período de maturação do grão. Embora o mercado esteja tranqüilo, as estimativas de consumo interno e produção total de milho indicam a necessidade de importação num contexto altista de preços externos.

A safra de *arroz*, finalizada no Centro-Sul do país e em Rondônia, áreas responsáveis pela maior parte da produção nacional recuou -7,7%. Com este resultado registra-se a menor safra da década de 90, com um consumo estável e estoques mundiais em declínio. A produção agroindustrial informa crescimento de 1,0%, devido às importações provenientes basicamente dos países da Mercosul.

O abastecimento do mercado interno no segundo semestre será atendido por estoques governamentais e privados e,

também, pelas importações do Mercosul, cuja previsões estão em torno de 1,2 milhão de toneladas.

A safra de fumo fecha com taxa positiva de 31,7% frente a janeiro-julho de 96, ficando o montante beneficiado maior em 36,4% para a mesma comparação. Estes resultados refletem a conjuntura favorável para o fumo que vigorou durante todo o ano passado, preços internos e externos remuneradores e exportações de fumo em folha atingindo US\$ 910 milhões.

Já nos sete primeiros meses deste ano o preço interno recebido pelos agricultores e pagos pela agroindústria fumageira ficaram aquém do obtido no ano passado, enquanto o preço médio externo no período revelou queda de -5,4%, com as vendas externas crescendo na ordem de 16,7% (em US\$).

A produção nacional de algodão cuja colheita no centro-sul do país pode ser dada por concluída, continua apresentando resultado negativo com queda de -15,4% frente ao obtido na safra de 1996.

O processamento, por sua vez, apresenta uma queda menor que a produção da matéria prima com taxa negativa de -7,1%, mostrando assim que a demanda interna ainda vem sendo suprida pelo algodão importado. As estimativas de produção e consumo informam que a produção nacional só será capaz de cumprir aproximadamente 60% do consumo interno. No confronto com janeiro-julho de 96, as importações de algodão bruto atingiram variação de 11,6% em valor (US\$).

A produção de *cana-de-açúcar* (1,3%) e de derivados (-0,5%) até julho, retrata a acomodação do setor num período de preço internacional do açúcar estável e preços internos do açúcar e álcool anidro liberados diante de uma demanda limitada.

A diferença entre o crescimento da produção agrícola e de derivados da cana reflete, por sua vez, o declínio da produtividade industrial na produção de açúcar.

Os resultados para exportação de açúcar no período janeiro-julho frente ao ano passado revelam expansão de 4,4%, com destaque para as vendas externas de açúcar refinado (crescimento de 42,3%).

Até o momento, os dados refletem o final da safra nordestina e parte da safra paulista que teve início em maio, podendo assim sofrer grandes alterações até o final do ano.

A produção da pecuária e de seus derivados acumulou até julho recuo de -2,0% ante ao mesmo período de 96. Dos itens que compõem este agregado, somente aves (8,6%), produtos veterinários (1,4%) e couros e peles (0,5%) registram expansão neste confronto.

A produção de carne bovina, com declínio de -7,3%, tem participação significativa no desempenho negativo da pecuária. A demanda interna limitada, a queda do consumo internacional e os altos estoques nos países da União Européia pressionam cada vez mais os preços externos, em queda desde 94. Tal conjuntura tem como resultado a retração das exportações que já atinge -18,2% em US\$ no período janeiro-julho.

O setor de carne de frango (8,6%), por sua vez, repete o destaque nas vendas externas de carnes, crescendo 21,0% no período em questão. O bom desempenho é resultado de investimentos em tecnologia e oferta de cortes de frango, produto com aceitação garantida no mercado internacional. De qualquer forma, vale salientar que o mercado de consumo de carne de frango caracteriza-se hoje por uma produção em franca expansão e uma demanda global cada vez mais limitada.

Finalmente, considerando-se o significativo aumento da produção de grãos oriunda da safra de verão e a excelente recuperação dos investimentos agrícolas nesta primeira metade do ano, o crescimento de 3,6% obtido pela agroindústria, pode ser explicado pelas exportações de produtos "in natura" que não foram processados pela indústria.

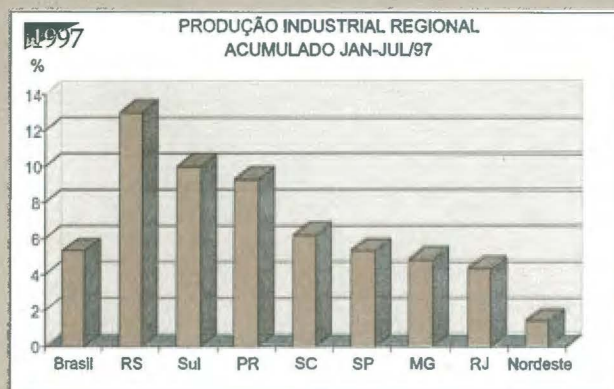
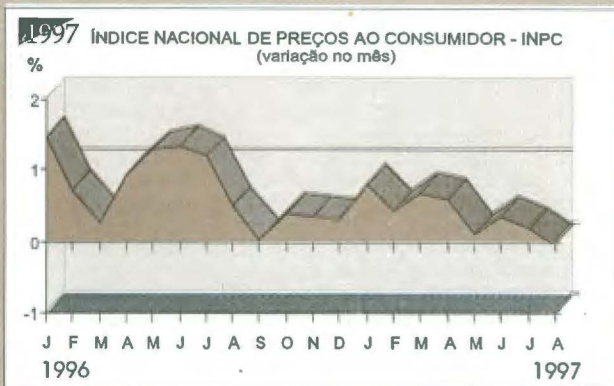
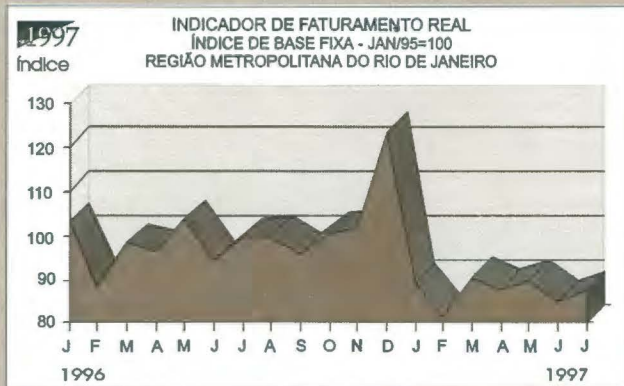
## Custo médio da construção civil subiu 4,34% em doze meses

O custo médio nacional da construção civil, em agosto, aumentou 0,19% em relação a julho, ficando em R\$ 340,40 por metro quadrado (R\$ 211,03 os materiais de construção e R\$ 129,37 a mão-de-obra). No ano, este custo subiu 3,79% e, nos últimos 12 meses, 4,34%. Separando os materiais da mão-de-obra, verifica-se que, nos últimos 12 meses, o custo da mão-de-obra subiu 9,29%, enquanto o custo dos materiais subiu apenas 1,52%. Em 1997, esses dois componentes já acumulam alta de 6,13% e 2,40%, respectivamente.

Dentre as regiões, as maiores altas no acumulado dos últimos 12 meses ocorrem na Região Sudeste (5,17% para R\$ 349,24) e na Região Centro-Oeste (4,44% para R\$ 319,78). As menores são registradas no Sul (3,21% para R\$ 351,03) e no Nordeste (3,43% para R\$ 315,29). No acumulado do ano as maiores altas são as da região Sudeste (5,35%) e Sul (3,57%). As menores são as do Nordeste (1,93%) e Norte (2,67% para R\$ 381,59). De julho para agosto, a maior alta foi registrada na Região Sul (0,73%), seguida da Região Sudeste (0,34%). O Nordeste (-0,27%) e o Centro-Oeste (-0,05%) apresentaram deflação.

Por unidades da Federação, o custo médio mais caro continua sendo o de Roraima (R\$ 485,63), seguido do Amazonas (R\$ 400,72), Pará (R\$ 380,92) e Tocantins (R\$ 373,93). Os mais baixos, por sua vez, são os do Espírito Santo (R\$ 261,47), Minas Gerais (R\$ 277,42), Pernambuco (R\$ 283,24) e Sergipe (R\$ 286,19). Nos últimos 12 meses, a maior alta ficou com Piauí (8,00% para R\$ 301,45) seguido de Tocantins (7,70%) e Paraíba (6,60% para R\$ 337,86). As menores altas foram registradas no Maranhão (0,69% para R\$ 347,45), em Roraima (1,01%) e em Santa Catarina (R\$ 345,33) e Rio Grande do Sul (R\$ 359,34), ambos com 1,84%. No acumulado do ano, as maiores altas ocorrem em São Paulo (6,35% para R\$ 383,50), Rio de Janeiro (6,20% para R\$ 356,75) e Espírito Santo (6,20%). As menores altas no ano são registradas em Roraima (0,66%), Rondônia (0,67% para R\$ 353,35) e Ceará (0,70% para R\$ 319,98). No mês, destaque para a alta ocorrida no Paraná (R\$ 346,10), onde o custo médio da construção civil subiu 2,37%. Em seguida, aparece o Amapá (0,97% para R\$ 348,34) e São Paulo (0,69%). Dezesete estados apresentaram deflação, com destaque para Minas Gerais (-0,84%), Pernambuco (-0,78%) e Paraíba (-0,66%).

Os resultados do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) são produzidos mensalmente pelo IBGE em convênio com a Caixa Econômica Federal.



**INDICADORES CONJUNTURAIS**

	Período de Referência	Nível	Em relação ao período anterior (%)	Em relação ao mesmo período do ano anterior (%)
<b>Produto Interno Bruto (índices trimestrais)</b>				
Total (1980=100)	1997/II	144,06(1)	3,29(1)	4,96(11)
Agropecuária (1980=100)	1997/II	168,69(1)	2,50(1)	5,51(11)
Indústria (1980=100)	1997/II	122,21(1)	4,08(1)	6,95(11)
Serviços (1980=100)	1997/II	162,28(1)	2,86(1)	3,06(11)
<b>Produção Agrícola (milhões de toneladas)</b>				
Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (2)	Jul/97	77,425	-	5,66
<b>Produção Industrial (índices mensais)</b>				
Total (média de 1991=100)	Jul/97	128,65	-1,31(1)	1,83
Bens de capital (média de 1991=100)	Jul/97	115,13	-5,96(1)	-2,44
Bens intermediários (média de 1991=100)	Jul/97	126,92	0,06(1)	3,76
Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)	Jul/97	168,31	-8,59(1)	-6,46
Bens de consumo não duráveis (média de 1991=100)	Jul/97	125,17	-2,05(1)	-0,90
<b>Comércio Varejista (índices mensais) (4)</b>				
Faturamento (Jan/95=100) (5)	Jul/97	87,46	2,52	-12,25
Emprego Assalariado (Jan/95=100)	Jul/97	87,80	1,05	-4,02
Salários e outras remunerações (Jan/95=100) (6)	Jul/97	106,91	2,69	-3,73
<b>Mercado de Trabalho</b>				
Taxa média de desemprego aberto (%) (6)	Jul/97	5,97	-1,9	6,9
Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (7)	Jun/97	127,50	-0,7	1,2
Empregados c/ carteira assinada	Jun/97	119,82	0,7	2,4
Empregados s/ carteira assinada	Jun/97	133,70	-3,3	-0,1
Conta-própria	Jun/97	143,75	0,1	3,9
Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (8)	Jun/97	68,81	0,29	-5,26
Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (9)	Jun/97	120,28	-0,44	0,81
<b>Preços</b>				
Índice de preços ao consumidor - INPC (dez/93=100)	Ago/97	1413,77	-0,03	4,30
Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA (dez/93=100)	Ago/97	1421,78	-0,02	5,59
Índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E	Abr/Maio/Jun	-	1,74(10)	-
Custo médio da construção civil (R\$/m²)	Ago/97	340,40	0,19	4,34

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (carroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (3) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (4) Resultados da Pesquisa Mensal de Comércio para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Taxa média de desemprego aberto (semanal), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (7) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (8) Pessoal acupado na produção. (9) Deflacionado pelo INPC. (10) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (11) Taxa acumulada no ano.

# Anuário Estatístico do Brasil

1 9 9 6

## O ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

é a principal fonte de dados e referências sobre a realidade brasileira pois em suas quase mil páginas reúne os resultados de todas as pesquisas sociais, econômicas e territoriais do IBGE e de outras instituições.

Este volume 56, inclui dados sobre idosos, crianças e adolescentes, cor, migração e características do trabalho da população brasileira.

## NOVIDADES NO ANUÁRIO 96:

Resultados da nova pesquisa do IBGE sobre o SETOR INFORMAL DA ECONOMIA NO RIO DE JANEIRO. Este ano, essa pesquisa está sendo realizada no país todo.

MAPA DA REDE brasileira de monitoramento contínuo do Sistema de Posicionamento Global.



**PROMOÇÃO**  
**Livro + CD-ROM**  
**R\$70,00**

## ANUÁRIO TAMBÉM EM CD ROM

Como no ano passado, o IBGE está oferecendo uma versão do Anuário Estatístico em CD ROM. O CD contém arquivos no formato Adobe Acrobat e arquivos de tabelas e quadros no formato Excel 7.0



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES  
Divisão de Comercialização  
Rua General Canabarro, 706/ Bloco B - 2º andar  
20271-201 - Maracanã, RJ  
Tel.: (021)569-2043 Ramais: 118, 119 e 137 Fax/Tel.: (021)284-7690  
Ligação Direta Gratuita: 0800-218181

## ANUÁRIO NA INTERNET

Você pode consultar o Anuário no site do IBGE na Internet:

<http://www.ibge.gov.br>

Dos Estados Unidos é só apontar para  
<http://www.ibge.org>



## CARTA IBGE

publicação mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela Coordenação-Geral de Comunicação Social  
Av. Franklin Roosevelt, 166 - 9º andar  
Rio de Janeiro/RJ  
Tel.: (021) 220-0411 / Fax: (021)262-5429  
Endereço na Internet: <http://www.ibge.gov.br>  
E-mail: [cartaibge@ibge.gov.br](mailto:cartaibge@ibge.gov.br)

Coordenador e editor responsável  
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508Mtb-RJ)  
Editor associado  
Adilson Ribeiro

Assistentes:  
Fátima Santos, Léa Aguiar,  
Regina MacCord e Sheila Riera

Publicidade:  
Lecy Delfim  
Programação Visual:  
L. Gonzaga  
Impressão e circulação - Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Tiragem: 27.000 exemplares  
Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchome), a Diretoria de Geociências (Ângelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).  
Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 18/09/97